



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2010

ACTA Nº 07

Aos oito dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Prestação de Contas 2009

3 – Regulamento e Tabela de Taxas Municipais – aplicação da Lei nº. 53-E/2006 de 29 de Dezembro

4 – Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Antonieta Serrano Alves Sobral e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Engº. José Charneira da CDU
- Sr. José Cardoso do PSD
- Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD
- Sr. Carlos Guinote do BE

Presentes, em representação do Executivo Camarário:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Dr. Álvaro Amaro
- Sra. Vereadora Adília Candeias
- Sr. Vereador Dr. Adilo Costa
- Sr. Vereador Dr. Luis Calha
- Sr. Vereador Dr. José Carlos de Sousa

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Eng^o. Carlos Martins, justificou ausência à sessão de 25.02.2010, sendo a falta considerada justificada.
- Sr. Eng^o. José Manuel Charneira, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos pessoais, sendo a falta considerada justificada
- Sr. Dr. Pedro Margarido, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, sendo a falta considerada justificada.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Antes de iniciar o período de intervenção dos munícipes solicita a atenção do plenário para a questão que passará a referir. No mandato anterior foi constituída uma comissão eventual, de que faziam parte a Sra. Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal, um representante de cada um dos partidos com assento na Assembleia e os Presidentes das Juntas de Freguesia com o intuito de analisar o processo inerente à atribuição das condecorações no Dia do Concelho em 1 de Junho. Uma vez que se iniciou um novo mandato e tendo em conta que se irá realizar uma reunião desta comissão dia 15 de Abril, às 18 horas, no Salão Nobre, gostaria que, no final da sessão, cada bancada indicasse o nome do seu representante.

Aproveita a oportunidade para informar que no dia 25 de Abril, pelas 11,30 h, se realizará um sessão solene comemorativa do 36^o. Aniversário e como vem sendo habitual cada um dos partidos terá direito a fazer uma intervenção.

Sr. José Cardoso do PSD inicia participação nos trabalhos cerca das 21,25 horas.

Sr. Presidente da Mesa agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção. De imediato pergunta se algum munícipe pretende intervir. Não havendo intervenções dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a intervenção dos Srs. Membros da Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Eng^o. Carlos Martins do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que gostaria de relembrar a necessidade de chamar ao trabalho as comissões permanentes constituídas na sessão extraordinária de 21 de Janeiro. Uma vez que as mesmas são todas coordenadas pela CDU que no passado muito criticou a falta de funcionamento das mesmas, espera que dê um exemplo activo e empreendedor. Se já estivessem em pleno funcionamento, todo o trabalho de análise das actividades realizadas e da Prestação de Contas relativas a 2009 poderia ser sido mais profundo e construtivo. Diz acreditar que a CDU pretende o bom funcionamento das oposições e do seu papel fiscalizador na Assembleia Municipal, uma vez que a democracia e todos os cidadãos ficariam agradecidos. Assim sendo diz que se espera para breve o plano de início e funcionamento de todas as comissões permanentes cuja definição decorre da aplicação do Regimento da Assembleia Municipal bem como a intervenção do Sr. Presidente nesse sentido.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Informa que a sua intervenção se prende com uma notícia do Boletim Municipal acerca das obras na antiga piscina do castelo, situação que a deixa muito satisfeita uma vez que foi uma das sugestões dos vereadores do PS no mandato anterior. No entanto a leitura da notícia e as imagens publicadas suscitaram-lhe algumas questões pelo que gostaria de ser esclarecida. Nesse sentido gostaria de saber se a piscina foi toda tapada, se o nível do chão foi levantado e em caso afirmativo se o mesmo foi prolongado até às muralhas porque isso poderá levantar alguns problemas de segurança, nomeadamente para as crianças.

Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP apresenta cumprimentos a todos os presentes.

A situação que passará a expor tem a ver com questões de saúde em Palmela, nomeadamente em relação à freguesia de Palmela.

Diz verificar que Palmela está a ser enclausurada, em termos de subúrbio, o que manifestamente não o apraz muito. Encontrando-se o Centro de Saúde a funcionar durante o fim-de-semana com carácter de urgência é estranho que na freguesia de Palmela não exista uma farmácia a funcionar neste período. Trata-se duma situação caricata e redutora da qualidade de vida quer da freguesia quer do próprio concelho que está reduzido a um mero subúrbio habitacional e onde qualquer habitante terá que fazer como no Minho, ou seja ir a Tuy que neste caso será Setúbal. Lembra os homens que há cem anos lutaram pela dignificação da nossa terra, com a sua elevação a concelho, para que se tivessem outras condições quando actualmente está reduzido a um subúrbio de Setúbal. Diz lamentar toda esta situação querendo que todos em conjunto, com o apoio do executivo, tomem as necessárias medidas para que este problema seja resolvido.

Sr. Presidente da Mesa, antes de dar a palavra à Sra. Presidente diz estar de acordo com a intervenção do Sr. Membro Carlos Martins e informa que no dia anterior se realizou uma reunião com os representantes de todas as bancadas uma vez que surgiu uma questão relativamente à composição da Comissões, apesar da proposta aprovada em plenário ter tido apenas um voto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

contra. A partir de hoje estão reunidas as condições para que as Comissões possam funcionar e pela sua parte irá fazer tudo para que funcionem.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à questão sobre a piscina do castelo tem a informar que a obra ainda não está totalmente concluída faltando as zonas verdes. Em relação ao piso diz que a solução adoptada (brita) é propositada e tem a conta a necessidade de drenagem das águas. O interior da piscina ficou completamente vazio e o rebordo que existe no pavimento é propositado para evitar a aproximação das pessoas à muralha. Pensa ter sido uma solução bem conseguida, que mereceu o aval do IGESPAR, e ficará melhor quando estiver completamente concluída.

Em relação à questão das farmácias refere que tem sido o Sr. Vereador Adilo Costa quem tem reunido, recentemente, com as farmácias do concelho, com a Associação Nacional de Farmácias e com a Administração Regional de Saúde. A questão colocada é pertinente tendo a Câmara Municipal tomado posição manifestando discordância relativamente aos horários que passaram a ser praticados e que levou a que não houvesse farmácias em regime de permanência. A Câmara tem defendido a necessidade de haver um serviço permanente em Palmela, mesmo em regime de rotatividade, ainda que aconteça entre as farmácias que existem na freguesia ou sejam as duas da vila e a de Aires. Tem conhecimento que irá haver uma proposta de alteração por parte da Administração Regional de Saúde esperando que essa solução possa ser melhor que a actual. Refere ainda que existe um aspecto, que foi realçado pelo Sr. Vereador Adilo nas reuniões havidas, que tem a ver com a legislação existente que é feita para centros urbanos de grande concentração mas que é aplicada em todos os concelhos.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, de imediato passa a ler a introdução ao relatório da actividade municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar. Não havendo questões passa ao ponto seguinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

2 – Prestação de Contas 2009

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, diz que irá fazer uma apresentação geral ao documento colocando-se de seguida à disposição dos Srs. Membros da Assembleia para as questões que entenderem colocar.

A Prestação de Contas refere-se ao último ano do mandato autárquico que foi iniciado em 2006 caracterizando-se pelo encerrar dum ciclo de concretização de investimentos muito importantes que tiveram lugar no território do concelho e que contribuíram para o acréscimo da qualidade de vida das populações.

O Orçamento na sua totalidade previa um valor de sessenta e cinco ponto um milhões de euros, tendo terminado com uma execução da receita de quarenta e nove ponto seis milhões de euros. Deste Orçamento faziam parte quatro vírgula quatro milhões de euros que se referiam ao saldo da gerência de 2008 tendo-se verificado por outro lado uma execução da despesa no valor de cinquenta e três vírgula seis milhões de euros. A receita foi executada na ordem de oitenta e dois por cento bem assim como a despesa.

No que respeita ao comportamento de receita gostaria de sublinhar que a receita teve um acréscimo de dois vírgula três por cento em valor absoluto, tendo sido o maior volume de receita dos últimos quatro anos. O Orçamento final previa um total de receita de sessenta vírgula sete milhões de euros, tendo os impostos directos apresentado um decréscimo de onze vírgula três por cento sendo que o único imposto que cresceu foi o imposto único de circulação. O IMI sofreu uma redução de quatro vírgula quatro por cento que não foi significativa e teve a ver com a redução da taxa aplicável. A Derrama que tem vindo a perder peso real no total da receita ao longo dos últimos anos voltou a diminuir de forma muito significativa em 2009. Os impostos indirectos, onde as taxas de loteamentos e obras assumem especial relevância, decresceram setenta e cinco por cento, o que significa uma execução de vinte e cinco por cento tratando-se duma quebra muito significativa. É a receita que mais reflecte a crise vivida no país uma vez que o valor que se encontrava orçamentado representava projectos de investimento concretos que ainda não se realizaram. A venda de bens e serviços correntes sofreu um aumento de dezoito por cento que resulta essencialmente da utilização das garantias bancárias por posse administrativa de alvarás de loteamento. A utilização de empréstimos bancários no valor de nove vírgula dois milhões de euros foi parte substancial da receita e do Orçamento no seu todo. Quanto aos valores transferidos do Orçamento de Estado não há diferenças significativas a registar.

Em relação à despesa diz que foram pagos cinquenta e três vírgula seis milhões de euros, sendo que do total dos pagamentos efectuados cinquenta e quatro por cento foram imputados directamente às grandes opções do plano, trinta e sete por cento para pagamento de despesas com pessoal e oito por cento a despesas não imputadas directamente às grandes opções do plano. Em termos evolutivos a despesa aumentou dezasseis vírgula oito por cento, sendo que a rubrica de aquisição de bens de capital, ou seja os investimentos, a que apresentou o maior crescimento. As despesas com pessoal também tiveram um crescimento mas tendo em conta que o Orçamento também foi maior tiveram um peso relativamente mais pequeno que no ano anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Quanto às Grandes Opções do Plano, do total dos recursos que lhe estão afectos cerca de vinte milhões de euros foram canalizados para as funções sociais em que se destaca a área da educação com trinta e dois ponto sete por cento da despesa e onze por cento para saneamento. As funções económicas recolheram quase seis milhões de euros, as funções gerais dois vírgula seis milhões de euros e outras funções um vírgula oito milhões de euros. Dos investimentos que foram realizados ou iniciados em 2008 gostaria de destacar pelo seu significado a ampliação/remodelação da escola Salgueiro Maia e a construção da escola Alberto Valente em Pinhal Novo, a construção de raiz da escola José Saramago em Poceirão, a conclusão do sistema de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais em Fernando Pó e Fonte de Barreira e ainda o início das obras de drenagem de águas residuais em Brejos do Assa, Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha, a execução de infra-estruturas na rua Direita em Águas de Moura, o início da obra de reforço de abastecimento de água em Pinhal Novo, a pavimentação das ruas António Balbino no Forninho, da Escola da Palhota e Aceiro Novo em Pinhal Novo, António Severino de Matos em Cabanas, do Aceiro do Círio dos Olhos d'Água e do Aceiro José Camarinho em Pinhal Novo, da Escola Primária em Lagameças, da Estrada dos Pegos em Poceirão, o prolongamento do aceiro principal da Carregueira, o início da drenagem e pavimentação da rua 1.º de Maio em Venda do Alcaide, a pavimentação da rua 1.º Maio em Cajados, a repavimentação e alargamento da rua 9 de Março em Cajados, a construção do Mercado Municipal em Pinhal Novo e o início das obras do Cine Teatro São João.

Na senda daquilo que foi sendo a perspectiva apresentada para o mandato foi mantida a prioridade atribuída à educação por um lado e às infra-estruturas por outro, com um conjunto de actividades que completaram o ano para além das obras já referidas. Em articulação com a prioridade atribuída à educação, e dentro do objectivo estratégico para o desenvolvimento individual e social das pessoas, foi mantida uma grande actividade social, cultural e desportiva e o trabalho em parceria com o movimento associativo.

Para além dos investimentos em infra-estruturas é de referir que o ano de 2009 foi marcado no domínio do planeamento do território pela continuação dos trabalhos que visam a revisão do PDM bem como os trabalhos com vista à concretização dos planos de urbanização e de pormenor em curso num calendário que continua a ser muito condicionado pelas alterações legislativas e pela necessidade de articulação com o Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa.

Foi mantido um forte investimento e uma prioridade clara na constante qualidade que se quer atribuir ao serviço público, área onde não é imediatamente visível aquilo que é feito mas manifesta-se no trabalho de todos os dias e na actividade dos serviços. Gostaria de destacar a qualidade do trabalho em áreas que muitas vezes não são do conhecimento geral mas que significaram o reconhecimento da Câmara Municipal. Em concreto refere o facto da Câmara ter sido eleita para o Conselho Geral do Fórum das Autoridades Locais de Língua Portuguesa que é um projecto que tem sido acompanhado desde o início, a atribuição pela Associação dos Municípios da Região de Setúbal do Prémio de Qualidade ao projecto "Jogos Desportivos Escolares" e ainda o facto de Palmela ter sido eleita "Cidade do Vinho 2009" que significa um reconhecimento muito importante do muito trabalho que tem sido feito em defesa do vinho e no trabalho de articulação e parceria desenvolvido com os agentes do sector.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Gostaria ainda de realçar na área da qualidade e aposta no serviço público os avanços conseguidos no domínio do atendimento público aos munícipes e o facto de terem uma candidatura que foi vencedora e que envolveu um trabalho intenso de parceria, para intervenção no sentido da reabilitação e qualificação do centro histórico de Palmela.

Numa área diferente, mas reveladora do investimento da Câmara e do trabalho em parceria, gostaria de destacar a importância para a qualificação do território e segurança das populações da inauguração do quartel dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura.

Existem outras intervenções efectuadas no dia a dia pelos serviços, e que não são completamente visíveis, que tiveram um desempenho do qual se orgulham e pelo qual têm que agradecer o envolvimento e a disponibilidade dos trabalhadores. Exemplo disso foram os três actos eleitorais que se realizaram durante o ano de 2009, que significaram um trabalho acrescido para as autarquias locais, realçando que foi um trabalho feito sem qualquer reparo e antes pelo contrário considerado de grande qualidade junto de todas as instituições com quem a autarquia se relacionou no âmbito desse processo.

Gostaria ainda de referir a forma como a Câmara Municipal se organizou perante um ano muito difícil, uma vez que mesmo através dos documentos apresentados se pode verificar a crise económica que atingiu o concelho, o país e a sociedade em geral. Como já referiu anteriormente a realização da receita foi claramente mais baixa do que vinha sendo hábito, e que foi acontecendo nos anos anteriores, tratando-se duma realidade que escapa à dinâmica municipal tendo mesmo assim sido conseguido um forte aumento do investimento municipal permitindo que se cumprisse no essencial os objectivos estratégicos que tinham sido definidos para o mandato que terminou em 2009.

Existe uma preocupação que é a de não ser através da intervenção dos serviços municipais que se contribui para a crise, tendo o muito trabalho que foi feito sido um contributo positivo para atenuar os efeitos da crise à escala local.

O aumento de investimento só foi possível à custa do recurso ao crédito bancário com base na gestão criteriosa que tem sido feita nos últimos anos e que proporciona essa capacidade de endividamento.

Gostaria de sublinhar que têm a noção que a despesa tem tido um aumento significativo, nomeadamente as despesas com os recursos humanos. Uma parte dessa despesa tem a ver com o acréscimo remuneratório do ano e também com a opção gestionária que foi aprovada e executada durante o ano de 2009 que abrangeu cerca de quatrocentos trabalhadores municipais. A opção gestionária permite à autarquia reposicionar, do ponto de vista da sua remuneração, os trabalhadores que reúnam as condições necessárias no prazo inferior ao previsto na lei. Embora esta opção signifique uma despesa é opinião da Câmara que o investimento nos trabalhadores é um elemento estratégico da qualificação do serviço público qual têm defendido, procurando minimizar o efeito daquilo que foi o resultado de alguns anos de congelamento de carreiras e da perda do poder de compra por parte dos trabalhadores em geral e da administração pública em particular.

Para terminar gostaria de dizer que o exercício de 2009 continuou a reflectir as opções estratégicas feitas para o mandato e que num contexto de crise continuou a enfatizar a aposta no investimento público, na qualificação da qualidade de vida das populações e na qualificação dos trabalhadores da administração local com vista à melhoria do serviço público prestado aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

munícipes. Diz ainda que é justo reconhecer colectivamente aos trabalhadores da Câmara Municipal o esforço e o desempenho na execução do exercício.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. José Cardoso do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à Prestação de Contas gostaria de fazer uma constatação, que é do conhecimento de todos, que foi o facto do Município de Palmela ter tido uma fonte de receita extraordinária com a instalação da Autoeuropa acreditando que tal não tornará a acontecer.

Este Município tem características muito especiais começando logo pela freguesia e sede do concelho que não tem um edifício municipal que concentre todos os serviços, que actualmente implica um acréscimo de custos por se encontrarem dispersos, e um centro histórico a necessitar recuperação.

Atento e tentando sempre acompanhar a vida municipal recebeu, como todos os partidos receberam, a certificação oficial das contas. Deste modo tem que acreditar que quem faz a certificação são entidades altamente competentes pelo que não se considera capaz de colocar qualquer tipo de objecção. Após ter lido o documento gostaria de ser esclarecido em relação a algumas questões:

- relativamente às reservas, ponto 7.1., gostaria de saber o que é que a Câmara pretende fazer;
- quanto às contas das empresas com participação municipal, à excepção da Palmela Desporto, pretende saber qual a razão para a não apresentação de contas dessas empresas;
- no que diz respeito aos processos judiciais em curso, em que são pedidas indemnizações ao município, gostaria de saber que processos são esses;
- porque é que os empréstimos de curto prazo são considerados pela DGAL como de médio e longo prazo;
- quanto ao equilíbrio orçamental, pretende saber como foi possível fazer o equilíbrio com o saldo de gerência de 2008 para 2009 quando de 2009 para 2010 o saldo é negativo.

Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP, diz ter algumas dúvidas pela forma como a Prestação de Contas foi apresentada pela Sra. Presidente da Câmara. Não põe em causa a bondade da execução orçamental que foi prosseguida ao longo do ano de 2009, no entanto tem algumas dúvidas que poderão ter a ver com um mau entendimento da sua parte ou com a ambiguidade com que alguns números foram apresentados.

Foi dito a determinada altura que os gastos com pessoal aumentaram mas que representavam uma percentagem menor relativamente ao ano de 2008. Com um aumento de dívidas a terceiros na ordem dos dezasseis mil milhões de euros a médio e longo prazo, com um orçamento de cerca de cinquenta milhões de euros anuais colocam-se-lhe algumas dúvidas existenciais uma vez que poderão estar a caminhar no mau sentido pelo que sente algumas preocupações. Por outro lado é afirmado que a receita teve um acréscimo de dois vírgula três por cento em valor absoluto e que foi o maior volume de receita nos últimos quatro anos, o que significa que é fruto do esforço de todos os munícipes. Se esta receita, em termos de cabimento orçamental e no serviço da dívida, não se traduz num benefício para o cidadão comum pretende



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

saber porque é que houve necessidade de recorrer a empréstimos que levam a um “buraco” que tem custos tal como já referiu o Sr. Membro José Cardoso.

Diz que as organizações quando se formam têm um objectivo ou seja servir um determinado fim que no caso das autarquias e do Governo será a preocupação com as obras públicas, com o bem comum e tentar reduzir ao máximo as despesas. Refere não estar contra os funcionários da Câmara mas há que ter em atenção o dualismo entre o que é a função prioritária, efectiva a razão da existência do Município e o bem em particular dos funcionários. Se a despesa vai galopando em termos de despesa com remunerações e se por outro lado para fazer obra há necessidade de recorrer a empréstimos, que custam muito caro, pergunta onde se vai parar.

Termina dizendo que estas são as preocupações que o CDS/PP, enquanto força de oposição e com sentido construtivo, apresenta em forma de crítica.

Sra. Maria Fernanda Esfola do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que gostaria de fazer duas correcções em relação às obras das ruas 1º. de Maio e 9 de Março em Cajados. Ao ler o que vem escrito no relatório subentende-se que estas ruas foram pavimentadas ou repavimentadas na sua totalidade o que não aconteceu, uma vez que a obra foi parcial. Gostaria que não fosse esquecido que estas ruas são muito mais extensas do que a parte que sofreu intervenção.

Sr. Engº. José Braz Pinto do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato apresenta a seguinte intervenção:

“Em Palmela, os orçamentos municipais, as respectivas prestações de contas e as discussões geradas à volta dos mesmos, são rituais que todos os anos se cumprem e repetem e que, graças ao quadro político existente, poucas alterações geram, persistindo um certo conservadorismo de critérios e métodos mais ou menos imobilistas.

Em 26 de Novembro de 2008 e relativo ao orçamento que se discutia para o ano de 2009, diziam os vereadores do PS:

“O executivo apresenta documentos que não têm mudanças ou alterações de fundo, a oposição continua com a mesma argumentação face aos quadros repetidos. O orçamento, graças à maioria existente, irá ser aprovado. A Comunicação Social vai agarrar-se aos grandes números mas, das posições da oposição, pouco mais se dirá que o sentido de voto. Mas nós oposição continuaremos a afirmar: estamos perante um orçamento de circunstância, que cumpre calendários mas que não se suporta em análises e planeamentos de fundo”..... e “Este orçamento está feito à medida do último ano de mandato. Este é um orçamento mediaticamente trabalhado no sentido de concretizar uma grande parte das promessas eleitorais” e “ continua a faltar planeamento eficaz e perspectivo, fica-se aquém daquilo que deve ser pedido a um executivo maioritário.”

Poderíamos citar outros anos mas cairíamos sempre nas mesmas fragilidades da gestão desta câmara.

Um ano e meio depois, na análise do orçamento que citamos, pouco temos a acrescentar. O que disseram os nossos vereadores de então, cumpriu-se e podíamos ficar por aqui. Mas cumpre ir mais longe....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Presidente e Srs. Deputados

Uma família é composta por diversos indivíduos, um concelho é composto por muitas famílias.

Quando um individuo planifica mal a sua vida, gastando excessivamente ou aplicando o que ganha em más opções, põe em causa o planeamento e gestão da família.

Quando um município planifica mal, gastando excessivamente em despesas correntes, fica impossibilitado de investir quanto devia e põe em causa o bem ou o melhor esperado, das famílias que o compõem.

A Câmara de Palmela tem um péssimo planeamento. Refira-se que os 15 Planos (9 Planos de Urbanização e Planos de Pormenor e 6 Planos de AUGIS), onde se trabalha desde 2000, nenhum viu ainda a luz do dia.

Ora pergunto: Quando não se dispõe de Planificação Territorial como se podem programar com algum rigor os dimensionamentos dos equipamentos sociais (por exemplo as escolas)? Como se podem programar com algum realismo as vias de acesso e as redes de abastecimento de água e saneamento?

Todos conhecemos a realidade da crise em que vivemos. Crise de cariz mundial que afecta o sistema produtivo e consequentemente as receitas, quer do estado quer das autarquias, umas e outras com origem nos impostos e tributações, individuais ou de empresas.

Sabemos que as receitas do concelho não aumentam antes têm tendência a decrescer, fruto de diminuição das taxas e impostos porque a actividade económica está em decrescimento e nela, a actividade de construção destaca-se pela saturação do parque habitacional.

Refira-se com preocupação que dos 65,1 milhões de euros previstos no orçamento ao nível da receita, só se concretizaram 53,9 milhões ou seja, não foi possível arrecadar 11 milhões de euros, ou seja as receitas diminuíram 18%.

Ora não crescendo, antes diminuindo, as receitas, a câmara deveria diminuir as despesas. De facto é essa sempre a intenção do executivo, nunca o conseguindo. Vejamos alguns casos:

- Despesas com pessoal – cresceram 9,3% e isto quando o número de trabalhadores decresceu. Nestas despesas o volume de horas extraordinárias cresceu atingindo 960.671 €, para níveis muito próximos de 2005 que foi de 1 milhão de euros.*

Curiosamente 2009 e 2005 têm em comum serem anos eleitorais. Afirma o executivo na sua argumentação que estes gastos são aceitáveis, face à actividade, mas chamamos à atenção para o facto de se pagar 1 milhão de euros em subsídio de férias para 1023 funcionários e cerca de 1 milhão de euros para horas extraordinárias, só a alguns funcionários. Será aceitável? Não será de pensar?

Só a título de curiosidade direi que nos últimos cinco anos gastaram-se 4 milhões e duzentos mil euros, em horas extraordinárias...verba grande demais para não merecer reflexão. Sem grande significado mas será também de referir, diminuindo o pessoal, as ajudas de custo cresceram 15%.

- Despesas de comunicação – Estavam orçamentados 520.000€ e gastaram-se 728.000€. Não houve poupança e, pelo contrário, aumentaram 40%.*
- Despesas com transportes – Estavam orçamentados 704.000€ e gastaram-se 818.000€.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Não houve poupança, antes pelo contrário aumentaram 16,5%. Dir-me-ão que houve mais transportes de crianças. Será real mas pergunto se nestas despesas não se incluem os transportes de funcionários, alguns de nível superior, vivendo a longas distâncias do concelho.

A Câmara levou mesmo a efeito algumas acções que poderiam indiciar uma racionalização de despesas. Boas intenções nunca conseguidas. Avançou para uma reestruturação orgânica e os resultados foram mais encargos sem grandes benefícios à vista. Escolheu a medida “opção gestonária” que abrangeu 400 trabalhadores (curiosamente em ano eleitoral) mas não se viram aumentar índices de produtividade. Antes pelo contrário, aumentou a taxa de absentismo de 7,3% para 7,6%, enquanto a taxa de incidência dos acidentes no local de trabalho aumentou de 3,9% para 4,3%.

Sr. Presidente.... Srs. Deputados

Quando é necessário diminuir despesas à que reorientar investimentos....há que criar prioridades... e pergunto-me quais as prioridades desta câmara, mesmos nos subsídios que atribui.

Como disse num artigo publicado no Jornal Concelho de Palmela em Dezembro de 2006 e referente ao orçamento de 2007:

“Para haver rigor orçamental, não basta cortar verbas em orçamentos despesistas. É necessário racionalizar os meios, que o mesmo é dizer racionalizar despesas e tal não tem acontecido. É necessário fazer uma racionalização que aumente a produtividade e reduza os custos. A gestão não pode consumir internamente aquilo que deve ser direccionado para o exterior. Falta um planeamento estratégico para o concelho. A gestão é feita ao sabor dos condicionalismos do momento, por acções pontuais e sem uma visão de conjunto projectada no tempo e no futuro.

O que se quer para a cultura no concelho e ao longo dos anos? Que cultura se vai proporcionar na diversidade do concelho?

Que turismo se vai desenvolver? Vamos esperar que o poder central venha impor ideias? Vamos esperar que o tempo faça impor a marca turística Palmela? Que mobilidade se vai ter no concelho? Vamos esperar que o progresso, vindo não se sabe de onde, imponha a criação de estruturas? Que urbanismo vamos ter, ou melhor, consolidar?

Que economia se quer para o concelho? Vai apostar-se tudo nos grandes pólos industriais, necessários ao concelho e ao País mas que não laboram matéria-prima produzida no concelho? Vai apostar-se seriamente nas produções no nosso concelho criando a marca Palmela? Aqui não posso deixar de referir os nossos vinhos.

Respostas que nunca encontrámos nesta gestão. Respostas que continuamos a não encontrar nesta prestação de contas.

Este artigo tinha como título “Vacas gordas e vacas magras”.

Analisamos um estudo feito em 2007 e comparativo entre cinco municípios: 3 na margem Norte do Tejo (Abrantes, Alcobaça e Mafra) e 2 na margem Sul (Montijo e Palmela) todos semelhantes nas áreas e no número de residentes. O município de Palmela foi dos 5 o que apresentou maior percentagem de gastos em despesas correntes e de pessoal. Foi o que apresentou menor percentagem de despesas de capital e portanto investimento. Foi o que apresentou maior receita corrente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Na análise das contas que estamos a fazer se retirássemos os empréstimos, veríamos que as despesas correntes são 92,48% do total do orçamento ou seja, restariam 7,52% para investimento.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Palmela é governada pela mesma força política há 35 anos.....Passaram os tempos das vacas gordas que, quanto a nós e infelizmente, não foram aproveitados como seria desejável. Agora, lendo o orçamento de 2010 e sabendo de algumas dificuldades inabituais posso anunciar-vos:

Estão aí os anos das vacas magras.”

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que não irá responder a críticas nem a observações feitas uma vez que caberá à Sra. Presidente fazê-lo da forma que o entender. Em nome da bancada da CDU irá fazer uma avaliação mais global que poderá conter respostas implícitas a algumas das intervenções.

Um documento desta natureza é sempre uma avaliação dum Orçamento e Plano de Actividades e como em qualquer organização um Orçamento implica uma estratégia e tem opções. Quando se trata duma organização política como uma autarquia as opções são de natureza política e são essas que devem ser avaliadas. Muitas vezes existe um equívoco, patente em algumas das intervenções, que é o de fazer uma análise tecnocrata olhando para os documentos em termos de fluxos contabilísticos e financeiros duma forma apolítica no sentido de retirar a avaliação política que deve ser feita e das opções políticas que lhe estão implícitas e explícitas e que traduz uma avaliação de opções feitas aquando dos Orçamentos e Planos de Plurianuais de Investimento.

Quando se fala de órgãos do poder central, Governo e Parlamento, que têm uma intervenção directa nas relações de produção e no modo de produção é mais fácil avaliar os traços distintivos e do que é ser de esquerda ou de direita. O Orçamento de Estado é muito explícito e neste momento as opções do Orçamento deste Governo favorecem claramente os poderosos, a finança e os grandes grupos económicos, mantendo-se o IRC sobre a banca, a não tributação das mais valias mobiliárias e as transferências para paraísos fiscais a continuarem a estar isentas de qualquer política fiscal. Em contrapartida reduz-se os valores para o subsídio de desemprego, do rendimento social de inserção, congela-se o abono de família, as prestações sociais, reduz-se o investimento público, congelam-se os salários dos funcionários públicos e privatiza-se o que era impensável. Trata-se duma política de direita num conceito mais geral que vem da Revolução Francesa sem grandes definições ideológicas.

Avaliar a política de esquerda duma autarquia é algo mais complexo e por vezes existe o equívoco de se avaliar as questões autárquicas pelas competências e não competências, sendo que é verdade que existem traços caracterizadores da gestão e da competência e que é transversal à esquerda e à direita. Existem princípios que são gerais e por isso ou se gere bem ou se gere mal. Para além desses elementos organizacionais que têm a ver com a capacidade de liderança, de definição de objectivos, a visão, etc., existem elementos que são distintivos. O documento em discussão expressa uma opção claramente de esquerda que honra o compromisso eleitoral da força política que consubstanciou este projecto, ou seja a CDU. A política de esquerda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

é evidenciada nas funções sociais que tem um peso de cerca de setenta por cento no Orçamento, com a aposta na educação com cerca de dez milhões de euros, na cultura e no desporto, na intervenção social como elementos que são estruturantes na formação cívica da cidadania, na valorização humanista dos cidadãos. E são esses elementos que caracterizam e distinguem a esquerda e a direita como também a prática com que a actividade é desenvolvida.

O Sr. Membro Braz Pinto questionava acerca da cultura desenvolvida. Diz ter vivido em dois concelhos, Oeiras e Sintra governados quase sempre num caso pelo PSD e no outro pelo PS e PSD, e tem a vivência da diferença de um trabalho de parceria como a Câmara de Palmela faz, valorizando a descentralização, a não municipalização das actividades culturais, uma visão não elitista do que é a cultura, o envolvimento do movimento associativo, cívico das actividades, promovendo a cidadania, uma educação cívica como forma de aprendizagem política. A resposta está plasmada no documento em discussão e no envolvimento do movimento associativo com um trabalho de parceria e na visão não faraónica do que é a cultura. Uma Câmara que promove a participação, que tem preocupações sociais evidentes e que se reflecte nos resultados, não podendo ser vistos numa forma meramente contabilística mas analisados em conjunto com o relatório das actividades feitas que honram o compromisso político que a CDU teve com a população. É por esse facto que se diz que a CDU assume claramente uma política de esquerda no sentido que acabou de definir.

É inevitável a crítica vinda do PS e do CDS/PP à questão dos recursos humanos. A Sra. Presidente já explicou que o aumento dos encargos salariais não resulta só da opção gestionária legítima e justa, apesar de a não considerarem porque isso é uma opção política que também diferencia a esquerda e a direita, uma vez que os trabalhadores da administração pública tiveram as suas carreiras congeladas durante vários anos e vão voltar a ter. O aumento também tem a ver com os encargos de saúde para com a ADSE, o aumento da Segurança Social que já vai em quinze por cento e ainda os aumentos salariais. Há também que estar atento aos rácios que são apresentados e onde se pode verificar que aumentou o rácio da população/número de trabalhadores que em 2008 era de cinquenta e nove ponto nove por cento e agora é de sessenta e dois vírgula seis. Este rácio é uma relação entre as despesas da actividade municipal e as despesas com recursos humanos, revelando índices de produtividade e eficiência que passaram de cinquenta ponto dois para cinquenta e quatro por cento.

Quando se escamoteiam elementos que são evidências de que a qualificação de recursos humanos, para além da justeza que é, também se reproduz positivamente na actividade municipal como os indicadores demonstram de forma muito clara não se está a ter uma atitude politicamente séria.

Em relação ao recurso ao empréstimo bancário lamenta terem omitido o facto de a Câmara estar a vinte por cento da capacidade de endividamento, que se encontra referido no documento em discussão, e que segundo o anuário financeiro dos municípios portugueses ocupa o nono lugar em eficiência financeira. No tempo em que a economia não estava na situação de recessão e estagnação que agora se encontra a Câmara teve o cuidado de não criar endividamento ao contrário do que fizeram outras autarquias como Lisboa e Porto, já com um índice de endividamento altíssimo, que sem justificação recorreram ao endividamento. A Câmara de Palmela só o fez de uma forma inteligente e oportuna, numa altura em que as receitas foram reduzidas, e sobretudo em termos de investimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

A questão das despesas correntes é sempre uma falácia que é utilizada pelo Partido Socialista. Nas despesas correntes, que são cerca de setenta e um por cento, deixam subentendido que se está a falar de despesas de funcionamento e despesas de recursos humanos quando à partida sabem que não é assim. Claro que também são despesas de funcionamento e de gestão de recursos humanos, mas não se pode esquecer que estão incluídas as despesas com transportes escolares, com refeições, com acção social escolar, a cultura, o desporto, o apoio ao movimento associativo, o apoio às actividades económicas e actividades turísticas. Diz que despesas correntes não são sinónimo de despesas de funcionamento mas que a bancada do Partido Socialista nas suas intervenções quer dar a parecer que assim é.

Terminando a sua intervenção diz que num período de crise, onde existe uma redução significativa das receitas, o recurso ao empréstimo bancário feito de modo equilibrado só vem reforçar a capacidade de investimento da autarquia melhorando as condições de vida da população. Diz ainda que não existe nenhuma contradição entre a valorização dos recursos humanos e a opção gestonária feita pela Câmara, como foi dito pelo Sr. Membro do CDS/PP, e o ter uma política virada para os interesses da população uma vez que os trabalhadores também são população, podendo ser do concelho ou não, e são agentes activos e intervenientes e para os quais a autarquia não pode olhar com um olho para a direita porque para isso está cá o CDS/PP.

Sr. Dr. João Completo Costa do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que do ponto de vista técnico a execução orçamental não lhes merece quaisquer reparos uma vez que está correcta não particularizando a questão da certificação das contas porque essa certificação vale o que vale.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto diz que enquanto foi membro da Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo raramente estiveram de acordo mas hoje está de acordo com ele. É evidente que são as questões, e as opções políticas, que são importantes no Orçamento e na sua execução e é aí que têm alguns reparos a fazer. O importante não serão os montantes que se gastaram ou receberam, mas sim o retorno desse investimento, os timings em que foram feitos, onde foram aplicados e se haveriam outras opções melhores que as que foram tomadas.

Ao nível das empresas municipais, ou organizações em que a Câmara participa, começa por referir o Espaço Fortuna dizendo que a Câmara injectou trezentos mil euros de suprimentos neste Espaço, pelo que pergunta qual o retorno deste investimento e que benefícios trouxe para os munícipes. Em relação à Palmela Desporto diz que esta empresa teve um prejuízo de cinquenta e nove mil euros. Ao que julga saber a conservação e reparação do equipamento, da responsabilidade da empresa, passou a ser feita pelos serviços da Câmara Municipal pelo que pergunta qual o retorno deste investimento e desta aplicação.

Dado que a Câmara tem uma capacidade de endividamento ainda boa, defende que quando há dinheiro ele deve ser aplicado em benefício dos munícipes. Deste modo pergunta se com esta capacidade de endividamento já não se poderia ter pensado num edifício onde se concentrassem todos os serviços técnicos em vez de haver locações espalhadas por Palmela.

Pergunta também porque que é que a estrada de Cabeços Ruivos ainda continua no estado em que está. Trata-se de um caso de segurança uma vez que com a circulação que a estrada tem até fica admirado de não haver mais acidentes. As obras que foram feitas vieram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

melhorar um pouco o pavimento mas em termos de segurança rodoviária piorou, uma vez que há curvas mais complicadas e com menos visibilidade. Deste modo, e em termos de benefício dos munícipes, pergunta se não seria importante também apostar nesta obra que é um caso de segurança de pessoas e bens.

Quanto a instalações, pergunta se o edifício da escola velha de Cajados não poderia ser aproveitado, não o deixando degradar, para actividades do município. Segundo é do seu conhecimento a Junta de Marateca tens ideias para requalificação e utilização do espaço.

Outra questão tem a ver com as obras que foram feitas pelo que gostaria de citar dois casos. Refere que se gastou dinheiro na rede de drenagem de Brejos do Assa e na escola nova de Cajados sendo que esta última tem problemas graves de infiltrações. Em sua opinião tratam-se de obras menos bem fiscalizadas.

Em relação aos arruamentos na freguesia de Poceirão, refere que rua António Albino, no Forninho, tem o piso a estalar porque as bermas não foram feitas e com a passagem dos carros pesados o piso está a dar de si. Ainda em relação ao Poceirão diz que o revestimento externo do Centro Cultural se encontra a cair.

Quanto à qualidade do atendimento, referido pela Sra. Presidente, tem a dizer que, enquanto munícipe, reconhece que no último ano houve um aumento substancial na qualidade do serviço prestado pelos trabalhadores que estão no atendimento directo ao público. No entanto ainda existem muitas coisas a tratar e não têm a ver com a qualidade dos trabalhadores mas sim com questões de organização. Dá como exemplo a questão da cobrança da água que quando é feita a mais os munícipes são convidados a ir aos serviços para receberem os seus créditos. Em sua opinião será simples de resolver esta questão, em termos informáticos, com a criação duma conta corrente por cliente que evitaria esta situação.

No que se refere ao ambiente acha que em 2009 não se fez nada por Palmela, uma vez que se trocam espaços verdes por betão contra o pagamento de taxas. Sendo que a criação de espaços verdes em 2009 é praticamente nula.

Para terminar refere que para o Governo a culpa da crise é internacional, para a Sra. Presidente a culpa da crise no concelho é nacional, em sua casa já disse que a culpa da crise é da freguesia. Gostaria que a Sra. Presidente lhe explicasse porque é que a gestão de 2009 conseguiu atenuar ou minimizar a crise no concelho, uma vez que daquilo que leu só encontrou uma evidência ou seja que quatrocentos funcionários da Câmara de Palmela foram aumentados o que representa um ponto sete por cento da população de Palmela.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, diz que irá tentar responder a todas as questões colocadas.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Membro José Cardoso relativamente ao parecer do Auditor externo informa o Dr. Lino Correia se encontra presente na sala para responder a alguma questão que seja necessária, e os Srs. Membros acharem útil, uma vez que a documentação disponibilizada pela Câmara é aquela que rigorosamente tem que ser disponibilizada. Quanto à referência feita às contas da Palmela Desporto diz que o revisor não tem que fazer apreciação das contas das empresas municipais ou das sociedades participadas pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Câmara Municipal. A questão que gostaria de sublinhar em relação às “Reservas” é que se trata de algo muito simples ou seja quando é feita a apreciação das contas não se pode saber se à data do balanço inicial, em 2002, haveriam vários bens do domínio público que poderiam estar fora do balanço uma vez que não estavam sujeitos a registo. Quanto à questão do equilíbrio, observando o mapa apresentado na página duzentos e sessenta e quatro verifica-se que o equilíbrio orçamental é respeitado, uma vez que para além de dizer que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes ainda se pode verificar que as despesas de capital não são para financiar despesas correntes mas sim despesas de capital.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Membro Piteira Santos sobre se os custos com pessoal cresceram ou não tem a dizer que, globalmente falando, a receita cresceu. O Orçamento comporta, para além da disponibilidade que o saldo constitui, os empréstimos que foram contratados pelo que se poderá dizer que a receita cresceu globalmente mas detalhadamente verifica-se que algumas das receitas mais importantes decresceram. É evidente, e isso foi assumido, que o Orçamento crescia essencialmente à custa dos empréstimos que constituem o recurso a uma disponibilidade que resulta da gestão que tem sido feita. Poder contrair empréstimos não é uma opção negativa, nem um prejuízo que resulta sobre os cidadãos ou sobre o futuro, mas sim a utilização de um recurso que está à disposição. Se continuar a ser criteriosamente, e racionalmente, aplicado traduzir-se-á num investimento no território e na qualidade de vida das pessoas. É evidente que o serviço da dívida é apreciado em cada empréstimo que é contraído, são apreciadas as dívidas a terceiros que são de curto prazo pelo que, globalmente, se pode continuar a dizer que se procura manter a saúde da organização. Se, se, olhar apenas para os impostos que são mais relevantes, os impostos directos, é evidente que a estrutura da receita não deixa de causar preocupação a par da situação económica do país. Mas não são só estas questões que causam preocupação como também a situação concreta que resultou da alteração da Lei das Finanças Locais. Desde início houve uma minoria de municípios, onde Palmela se incluía, que sempre disse que a nível da Derrama as autarquias iriam ser penalizadas. Neste momento já há o reconhecimento por parte dum larga maioria de municípios que o novo cálculo da Derrama veio prejudicar as Câmaras. Em sua opinião se a situação do país fosse outra seria imperioso discutir uma nova revisão à Lei das Finanças Locais. Embora as despesas com pessoal, em termos absolutos, tenham crescido é evidente que se o Orçamento é maior, devido aos empréstimos, o peso das despesas com pessoal no conjunto da despesa é obviamente mais baixo não deixando, no entanto, de preocupar o seu peso absoluto.

Foi dito que o documento era tecnicamente correcto e irrepreensível, mas não é só isso que importa uma vez que se trata dum documento que traduz opções e aí existem diferenças. O executivo assume que as despesas com pessoal são parte do investimento no serviço público, no território e na qualidade de vida das pessoas e essa é a missão enquanto autarquia. Assumem que as despesas com pessoal fazem parte dos investimentos e das opções políticas no território de Palmela como deveriam fazer noutros territórios.

Dizia ainda o Sr. Membro Piteira Santos que o munícipe de Palmela não beneficiava das receitas do concelho. Sobre esta questão tem a dizer que isso é visível em alguns dos dados dos quadros apresentados, nomeadamente no quadro da página duzentos e sessenta e seis, onde se pode verificar que aquilo que é arrecadado reverte na comunidade e no território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Ainda em relação à questão das despesas com pessoal gostaria de dizer que é esquecido frequentemente que a despesa com pessoal não cresce só pelo facto da opção gestionária. Esclarece que não se tratou de uma opção eleitoral, mas aplicada no ano em que se tornou possível tendo também já sido aplicada em 2010, que não é ano eleitoral, abrangendo mais de cem trabalhadores que são os que estão em condições de progredir. Já em 2009 a situação foi diferente porque havia muitos trabalhadores que provinham dos congelamentos anteriores tendo sido abrangidos cerca de quatrocentos. Quando o Sr. Membro João Completo diz que o contributo da Câmara para a crise foi aumentar o salário de quatrocentos trabalhadores fica mal, mesmo ao Partido Socialista, fazer uma afirmação desta natureza. Não lhe parece que alguém possa assumir neste país que os trabalhadores em geral estão bem e não está a falar dos gestores de topo das grandes empresas porque são realidades diferentes. Se os Srs. Membros, e neste caso particular os da bancada do Partido Socialista, tomarem consciência da realidade que existe nas autarquias, e na administração pública em geral, provavelmente não irão conseguir continuar a dizer que aumentar o salários de quatrocentos funcionários é um falso investimento ou que é uma falsa participação para a crise ou então uma opção eleitoral. Gostaria de informar os Srs. Membros que na Câmara Municipal de Palmela, respeitando a lei, existem trinta e cinco trabalhadores que recebem salários abaixo do ordenado mínimo nacional, cinquenta por cento dos trabalhadores recebem até setecentos e cinquenta euros, em valores brutos, dos quais apenas treze por cento recebem entre seiscentos e cinquenta e setecentos e cinquenta euros. Refere que utilizar ferramentas de gestão que estão à disposição, e que são criadas por lei, na gestão de recursos humanos parece-lhe algo da mais elementar e básica justiça. Quando se fala do volume global dos encargos com pessoal não se podem esquecer os encargos que são suportados com a Segurança Social, que têm vindo a aumentar significativamente nos últimos anos. Acresce ainda que, por força da nova legislação de pessoal, os trabalhadores que vierem a ser contratados ao abrigo do novo regime deixam de custar quinze por cento e passam a custar vinte ponto seis por cento porque deixam de poder ser inscritos na Caixa Geral de Aposentações e passam a ser inscritos na Segurança Social. Todas estas situações aumentam o conjunto das despesas com pessoal que não são só os salários e os aumentos.

Em relação às despesas correntes gostaria de reforçar aquilo que é dito todos os anos e que tem a ver com o facto da autarquia não ser um serviço da administração pública que se limita a intervir numa determinada área. Uma autarquia é uma instituição que intervém aos mais variados níveis da vida das pessoas no seu quotidiano. Desde a recolha de lixo, passando pela alimentação das crianças e pelos transportes escolares, até ao funcionamento dos equipamentos são verbas que saem pelas despesas correntes. Tendo em conta a questão colocada pelo Sr. Membro João Completo em relação ao Centro Cultural do Poceirão e edifício para os serviços municipais aproveita para responder dizendo ser intenção da Câmara Municipal requalificar o Centro e levar para a frente a obra do edifício. No entanto foi opção nestes últimos anos não gastar em serviços municipais aquilo que se deveria gastar noutra tipo de obras. Como não se pode protelar mais essa situação foi priorizado para este mandato o investimento nas instalações a par do investimento na qualidade do serviço prestado, na eficácia, na eficiência e também na qualidade de vida dos trabalhadores que muitas vezes não têm as condições necessárias. Refere que os investimentos no funcionamento nos centros de actividades são também investimentos na vida das pessoas mas são despesas correntes. Quando se pergunta qual é o contributo da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Câmara para atenuar a crise só tem a responder que é o investimento que todos os dias é feito quando por exemplo se faz atendimento público em três freguesias, ao abrigo do projecto do atendimento móvel e que permite fazer atendimento em todos os pontos do concelho, sendo que as despesas com o funcionamento deste serviço também são despesas correntes. O custo de funcionamento com as Bibliotecas, que já existem nas cinco freguesias, também sai pelas despesas correntes bem como os custos de funcionamento dos centros de recursos para a juventude. A ideia da escola a tempo inteiro, que em sua opinião poucas autarquias podem falar, está quase implementada em Palmela uma vez que com a Carta Educativa existente todos os investimentos em Educação têm sido devidamente planeados.

Em relação aos planos de ordenamento não vai repetir aquilo que tem dito em outros momentos relativamente aos custos muito elevados, nomeadamente os custos de tempo parado que têm a ver com as demoras das respostas para muitos deles. Actualmente existe uma legislação que pretende ser um pouco mais ligeira relativamente à tramitação dos processos. Apesar das grandes dificuldades havidas no relacionamento em geral com os organismos da administração pública nada disto tem obstado a que se trabalhe rigorosamente com regras, que estão definidas nos instrumentos que estão em vigor, nos estudos que vão sendo feitos, na actualização de dados e não deixando de participar, e dando contributos, em todos os momentos de avaliação dos planos.

Outro aspecto muito importante nos investimentos para minimizar a crise é a relação que mantêm com as Juntas de Freguesia e exemplo disso são os protocolos de descentralização de competências que são estabelecidos a par das verbas transferidas e que permitem às Juntas executar obras e resolver problemas das populações.

Diz que, para além das obras, são feitas intervenções em áreas de actividades económicas das mais importantes do concelho. Deste modo gostaria de lembrar alguns dos projectos que ao longo dos anos, nomeadamente no último ano, foram particularmente importantes. Para além de cursos de formação para os agentes económicos mais necessitados, refere o prestígio de muitas actividades ligadas à promoção e valorização da vinha e do vinho, no ano de 2009 mais de cinquenta e cinco mil visitantes estiveram presentes nos eventos realizados em torno do prémio "Palmela, Cidade do Vinho", excluindo deste número as Festas das Vindimas. Participaram em vários encontros de promoção turística no país e no estrangeiro, estiveram presentes com stands nos mais importantes acontecimentos como a BTL, que é a maior feira de turismo em Portugal, fizeram pela primeira vez o Festival do Moscatel inédito no país. Em suma estes são alguns dos exemplos da marca Palmela, para não falar das outras iniciativas que fazem parte do calendário cultural, e que são investimento no território.

Gostaria ainda de sublinhar um esforço que se tem feito, e que é sensível quando se compara o mandato, para reduzir algumas das despesas correntes. Entre 2005 e 2009 na área das comunicações conseguiu-se uma redução de dez por cento nos gastos, nos combustíveis reduziu-se mais de cinco por cento tendo em conta que houve um grande aumento no preço, nos consumíveis reduziu-se cerca de vinte e um por cento, nos seguros conseguiu-se uma redução de mais de quinze por cento. São estes alguns dos exemplos demonstrativos que não deixaram de ter a atitude de poupar naquilo que é possível poupar.

Por fim refere que as análises comparativas com outros municípios são um dado a ter em conta, como também poderia ser referido o facto de em estudos nacionais Palmela estar em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

lugares de honra no conjunto dos municípios do país, como já foi referido pelo Sr. Membro Valentim Pinto, o que é um destaque para uma Câmara como Palmela. Mesmo quando se comparam as Câmaras num universo mais específico, e com características mais semelhantes, há que saber os dados muito em concreto porque há distinções que fazem a diferença e que explicam as opções que são tomadas.

Para terminar gostaria de dizer que se têm algum problema, e têm-no de certeza, de “vacas magras” isso não acontece por via das opções municipais. Fazem o maior esforço para criar e fazer obra com os recursos que têm à disposição. Em sua opinião é possível fazer outras opções mas dentro daquilo que faz falta no concelho de Palmela, e que as populações validaram, estão a fazer aquilo que tem que ser feito.

Sr. Presidente da Mesa, diz ter consciência que a discussão deste ponto se poderia arrastar por muito tempo pelo que solicita aos Srs. Membros que pediram novamente a palavra para que sejam muito breves.

Sr. Engº. José Braz Pinto do PS, diz que gostaria de marcar a posição do Partido Socialista face a um problema que aqui foi levantado e que dá a entender que são contra os trabalhadores ou contra o trabalho.

Diz estar absolutamente de acordo com a Sra. Presidente da Câmara em manifestar preocupação por neste país se agudizarem as decalagens sociais, ou seja que haja gente que ganha cada vez mais e outros que ganhem cada vez menos.

Diz que não têm nada contra o aumento dos trabalhadores mas sim contra o aumento da despesas, porque se as despesas ultrapassarem um determinado limite corre-se o perigo de nem sequer se conseguir pagar salários o que seria muito grave e preocupante. É preciso ter cuidado com o crescimento das despesas e com a diminuição das receitas, porque se não houver equilíbrio não se está a beneficiar os trabalhadores mas a criar expectativas que não podem ser realizadas.

Sr. José Cardoso do PSD, relembra a Sra. Presidente que não respondeu a duas das questões que colocou.

Sra. Presidente da Câmara, pede desculpa pelo lapso e diz que irá ainda responder às questões colocadas pelo Sr. José Cardoso e ainda a outras questões.

Ainda em relação aos empréstimos diz que é por imperativo da DGAL que os empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade quando em parte se vencem no curto prazo.

Em relação aos processos de contencioso refere que um dos processos se trata de uma acção proposta pela empresa Ribeiro e Coelho, Construções Civis Lda. contra o estado português e contra o município de Palmela por prejuízos decorrentes de actos de gestão pública. Esses actos têm que ver com a aprovação do PDM de Palmela, em virtude do PDM considerar uma parcela de terreno de propriedade da empresa como área de expansão de média densidade e onde poderiam ser construídos até cinquenta fogos por hectare e por outro lado existirem sobreiros na parcela que impediam a construção desses fogos. Houve uma decisão em primeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

instância que deu razão à empresa pelo que a Câmara interpôs recurso e aguarda decisão. Existe ainda outra acção proposta pela empresa Matos e Ramos, Pavimentos, Infra-estruturas e Terraplanagens. Trata-se duma acção desenvolvida contra a Câmara, e contra os proprietários da administração conjunta da Quinta 1 do Pinhal das Formas, por incumprimento do contrato de empreitada e execução de infra-estruturas, existindo uma decisão de primeira instância que declarou o tribunal incompetente em virtude do contrato não revestir natureza administrativa. A decisão foi confirmada em recurso pelo tribunal central administrativo do sul, tendo o processo sido encaminhado para o tribunal judicial de Setúbal. Embora ainda não exista decisão deste tribunal o facto de se ter considerado que o município não é parte no contrato fundamenta a convicção que não haverá responsabilidade em eventuais indemnizações.

Em relação à intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca que sublinhou que havia ruas que não tinham sido feitas na totalidade, nomeadamente as ruas 1º. de Maio e 9 de Março, gostaria de dizer que o que foi feito foi o que ficou definido na altura com o Sr. Presidente da Junta. Tendo que fazer opções foi feita a rua António Esperança não se concluindo na totalidade estas ruas que serão concluídas numa 2ª. fase.

No que respeita à questão colocada pelo Sr. Membro João Completo Costa em relação à devolução de verbas, informa que sendo aparentemente um procedimento simples implica um investimento significativo numa nova aplicação que tem que ser compatível com todas as aplicações existentes. Esse investimento está programado e será feito assim que for possível em termos financeiros.

No que diz respeito aos espaços verdes no concelho informa que não são visíveis apenas por aquilo que aparece no relatório uma vez que neste documento é apenas referida a acção directa da Câmara. Existe um outro conjunto de espaços verdes que fazem parte do território e que vêm à posse da Câmara por via dos loteamentos integrando o domínio público pelo que não se pode dizer que os espaços verdes não cresceram.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 6 votos contra do PS e 3 abstenções (1 do PSD e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

3 – Regulamento e Tabela de Taxas Municipais – aplicação da Lei nº. 53-E/2006 de 29 de Dezembro

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, informa que com a solução agora apresentada passa a existir um Regulamento e Tabela de Taxas único, documento que teve que ser adequado às imposições da legislação. Embora a aprovação deste documento pudesse ter ocorrido mais cedo tal não aconteceu por se tratar dum processo muito complexo e muito trabalhoso, tendo sido aproveitadas todas as prorrogações de prazos que entretanto aconteceram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

O documento foi adequado à legislação tendo sido trabalhada a fundamentação económica das várias taxas acabando por introduzir alguns aspectos que têm a ver com as opções da Câmara Municipal, nomeadamente a criação de novos custos impostos pela legislação e a possibilidade de incentivar ou desincentivar através dos custos alguns actos e opções para o território.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do CDS/PP apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara diz não saber se o seu documento é idêntico ao que foi entregue aos restantes membros uma vez que o mesmo se encontra incompleto. Dado que só no dia anterior é que tiveram possibilidade de analisar o documento, não lhes foi possível ter abordado a Assembleia Municipal sobre a questão. Diz que gostariam de votar o documento mas da forma como o mesmo é apresentado não será possível, sugerindo a realização duma sessão extraordinária para aprovação do mesmo.

Sr. Presidente da Mesa, confirma que o documento distribuído está realmente incompleto pelo que será necessário ultrapassar o problema.

Sra. Presidente da Câmara, pede a palavra para dizer que estão constrangidos pelo acontecido uma vez que não é possível apreciar um documento que não está completo. Lamenta só agora ter tido contacto com o problema porque se tivesse sabido da situação anteriormente teria providenciado o envio do documento completo. Gostaria de referir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e aos Srs. Membros que sendo evidente não ser possível votar um documento que não se apreciou existe a necessidade premente de num prazo muito curto o documento ser publicado. A calendarização da apresentação do documento foi feita no pressuposto de se cumprirem os prazos estabelecidos, pelo que gostaria de apresentar as seguintes sugestões: a continuação da sessão amanhã, apesar de não poder estar presente, ou a convocação num prazo de 48 horas duma sessão extraordinária.

Sr. Eng^o. Carlos Martins do PS, diz que tiveram a oportunidade de analisar o documento a partir dos exemplares que tinham sido entregues aos Srs. Vereadores do PS e eventualmente a CDU também o terá feito. Refere que estão em condições de votar reconhecendo que é difícil a quem não teve acesso ao documento na sua íntegra fazê-lo.

Sr. José Cardoso do PSD, diz que pessoalmente não tem problemas em votar o documento uma vez que foi elaborado nos termos da legislação tendo sido aprovado. Sugere que se faça agora uma cópia do documento completo e entregue às bancadas que não têm, dando a possibilidade de poderem analisar num curto espaço de tempo uma vez que existem prazos a cumprir evitando assim gastos com a convocação duma nova sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sr. Presidente da Mesa, refere que a continuação da sessão para o dia seguinte iria criar alguns problemas uma vez que também não poderia estar presente. Caso aceitem fazer um pequeno intervalo para analisarem o documento nada tem a opor, embora reconheça que a votação pode ser influenciada por este problema.

Tendo sido aceite a sugestão, pelas 23,48 horas interrompe os trabalhos para que o Grupo do CDS/PP possa apreciar o documento na sua íntegra.

Antonieta Sobral da CDU abandonou os trabalhos cerca das 23,55 horas.

Sr. Presidente da Mesa, pelas 00,10 horas reinicia os trabalhos da sessão.

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do CDS/PP, inicia a sua intervenção pedindo desculpa, em nome do grupo do CDS/PP, pela situação criada que poderia ter sido evitada se tivessem verificado o documento com mais tempo. Agradece a explicação prestada pelo Sr. Dr. José Monteiro que tentou esclarecer todas as dúvidas que pudessem existir em relação ao documento em apreciação. Diz-se completamente esclarecido em relação às alterações introduzidas por força da legislação, mas gostaria de colocar apenas uma questão.

Foi notícia no final do ano transacto o estrondoso lucro que foi obtido pela EDP e é sabido que a REN também tem um lucro muito elevado. O concelho de Palmela é atravessado por redes de alta e muito alta tensão, sendo que as redes têm uma ocupação de espaço em termos de área, quer da cota do terreno quer do espaço aéreo e até eventualmente subterrâneo. Gostaria de saber se o presente regulamento prevê a aplicação de taxas quer à EDP quer à REN pela ocupação do território.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se há mais alguma questão a colocar.

Sra. Presidente da Câmara, pede autorização ao Sr. Presidente da Mesa para o Sr. Dr. José Monteiro prestar esclarecimentos.

Sr. Dr. José Monteiro apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que está previsto no regulamento a aplicação de taxas aos concessionários de serviços públicos, mas a questão que se coloca é do foro jurídico porque de um modo geral as empresas concessionárias alegam e vêm alegando que devem estar isentas do pagamento de taxas. A EDP tem a concessão da energia de baixa tensão e, ao abrigo dos contratos de concessão feitos com os municípios no âmbito da distribuição de baixa tensão, vem dizendo que as linhas de alta tensão servem para transportar a energia para distribuição em baixa tensão alegando por isso que estão isentos de pagamento. Trata-se duma discussão jurídica, e também política, que espera dê frutos de forma ao município poder aplicar as taxas respectivas.

Sra. Presidente da Câmara, gostaria apenas de acrescentar que esta questão é de tal modo central não tanto na discussão jurídica mas sim na dimensão política. Por um lado existe uma posição reiterada várias vezes pela ANMP no sentido de que os municípios devem cobrar as taxas, mas por outro existe na AML um grupo de trabalho só para discutir as questões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

relacionadas com a EDP e com a renegociação dos contratos. Segundo lhe é dado saber Palmela é um dos poucos municípios que ainda recebem rendas da EDP, uma vez que a maior parte dos municípios paga à EDP um serviço que está longe de ser satisfatório.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 22 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 1 do PSD e 2 do CDS/PP. Aprovado em minuta.

4 – Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, diz que o presente regulamento deixa de ter a parte relacionada com as taxas que passou a integrar o regulamento e tabela de taxas municipais. Introduz alterações em relação à figura da comunicação prévia, às operações com relevância urbanística e às operações com impacto relevante. No caso da comunicação prévia uma das alterações tem a ver com a fixação de prazos máximos para a execução de obras que são sujeitas a comunicação prévia. As operações com escassa relevância urbanística, artº. 3º., acrescenta-se à situação legal algumas outras situações que se entendeu merecerem a mesma qualificação. No que respeita às situações com impacto relevante, que são definidas no artº. 5º., são usados os mesmos critérios para definir as operações com impacto semelhante a loteamento. Existem pequenas alterações em relação aos critérios para definir estas operações, assumindo-se que passam a incluir esta categoria operações que tenham dez ou mais fogos e por outro lado em relação a áreas de construção afectam unidades com mil metros quadrados de construção o que significa uma visão um pouco mais apertada em relação ao regulamento anterior onde eram considerados doze fogos e áreas superiores a mil e duzentos metros quadrados. Houve ainda necessidade de aperfeiçoar e explicitar alguns conceitos no sentido de os fazer coincidir e equivaler à terminologia legal e à legislação em vigor.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, em relação ao documento em discussão gostaria de colocar uma questão e várias dúvidas. A questão tem a ver com os prazos, pelo que pergunta se não deveriam constar no texto os prazos para resposta da administração aos requerentes. Em relação ao artº. 12º. (normas de apresentação de projectos) refere que os projectos devem ser apresentados sempre que possível em ficheiros DWG, DXF e DWF. Quem trabalha na matéria e que é projectista sabe que estas referências são programas de desenho assistido. Como projectista que é, e partindo do princípio que os trabalhos têm direitos de autor, acha um pouco excessivo exigir-se a entrega dos desenhos em formatos passíveis de serem manipulados uma vez que a administração tem que analisar aquilo que lhe chega e não o modo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

como foi feito. Refere ainda algumas questões que estão elencadas no anexo e que em sua opinião não são coerentes, uma vez que a Câmara Municipal não se pode imiscuir em questões que são da responsabilidade dos projectistas. O que é pedido vem facilitar o trabalho dos técnicos municipais mas dessa forma os projectistas estarão a trabalhar para a Câmara Municipal quando esta tem técnicos, meios e pessoas que podem não gastar o tempo a analisar como foi feito o projecto mas a analisar o projecto em si.

Desta forma o CDS/PP propõe que seja esclarecida a questão dos direitos de autor e se é legítimo ou não pedir um documento que é assinado mas que em sede de desenho não o é, uma vez que o mesmo poderá ser entregue em formato PDF. Desta forma propõe que seja incluído no artº. 12º. não apenas a obrigatoriedade dos formatos indicados mas também o formato Acrobat Reader e que o anexo não vá ao pormenor de questões que em sua opinião não são coerentes como é o caso das *layers*.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais algum membro pretende intervir. Não havendo passa de imediato a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, pede autorização ao Sr. Presidente da Mesa para o Sr. Arqtº. Jorge Moura dar a sua opinião concretamente em relação à proposta apresentada.

Em relação à questão dos prazos diz que apesar de não estarem definidos em regulamento os prazos são os estabelecidos nos termos da legislação em vigor.

Arqtº. Jorge Moura apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que existem requisitos de instrução dos processos que têm que ver com a facilitação do trabalho por parte dos técnicos e dos serviços em geral. Diz que o ficheiro DWF não é um ficheiro que possa ser contaminado e que do ponto de vista da instrução do processo garante a integridade do original. O facto de se pedirem ficheiros em DXF ou DWG tem a ver com a facilitação da inserção e do trabalho dos ficheiros em termos de SIG. Por outro lado a questão das *layers* e das *polylines fechadas* é também para facilitar a medição das áreas para cálculo das taxas de forma a tornar o procedimento mais célere. Refere que estas questões já se encontravam elencadas no regulamento anterior.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, pergunta como é que o cálculo das áreas era feito quando não existiam este tipo de ficheiros, se era rigoroso ou se havia erros.

Arqtº. Jorge Moura, refere que se trata de uma questão de rigor uma vez que uma *polyline fechada* assegura um rigor que o software permite uma vez que não haverá qualquer margem de erro para além da celeridade. Antigamente o cálculo era feito à régua e é isso que se quer evitar.

Sr. Dr. João Completo Costa do PS, refere que a questão colocada pelo Sr. Membro Fernando Nascimento é, em sua opinião, pertinente, no entanto todas as soluções que se possam encontrar a nível informático são benéficas desde que esteja salvaguardada a questão dos direitos de autor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sra. Presidente da Câmara, diz mais nada poder acrescentar ao que foi dito pelo Sr. Arqtº. Jorge Moura mas gostaria de sublinhar que o ficheiro DWF não é contaminável o que significa que é um dos suportes mais seguros. Por outro lado faz parte dos princípios e da ética da Câmara, desde sempre, respeitar o trabalho de cada um para mais quando se trabalha com um suporte que ainda é mais seguro e que é uma das aplicações previstas na lei.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, relembra que a sua proposta incluía mais uma extensão o PDF. Pergunta também se caso não se cumpra um dos pontos do anexo o projecto poderá não ser analisado.

Arqtº. Jorge Moura, informa que o DWF é uma exigência legal por via da portaria uma vez que as consultas na plataforma electrónica têm que ser feitas neste formato. Diz poder acrescentar-se mais um formato, o PDF que também não é contaminável, só que não se vê utilidade uma vez que já tem o DWF.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, diz que o formato PDF não é pago e que o DWF é pelo que também é uma questão de custos para quem faz o projecto.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a apresentação dos projectos nestes formatos contribui para facilitar o conjunto dos procedimentos na Câmara Municipal e com isso satisfazer mais facilmente as pessoas e é a isso que se deve cingir. Se o alargar do leque em relação aos projectistas vier a complicar a intervenção da Câmara não será uma opção a tomar.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, diz perceber a perspectiva que é aplicada mas precisa saber se caso não se cumpra algum ponto do anexo se o projecto é ou não analisado.

Arqtº. Jorge Moura, diz que por vezes releva alguns aspectos da instrução que não são considerados essenciais na análise do processo. O caso concreto das *polylines fechadas* já decorria do anterior regulamento e nunca foi óbice a que a análise dos processos prosseguisse. É evidente que o que se pretende é criar um quadro de instrução que seja facilitador da tramitação do processo, reconhecendo que os projectistas, bem como os técnicos da Câmara, terão que ter um espaço de adaptação e aprendizagem às novas tecnologias e à nova forma de funcionar. Tem sido prática existir algum cumprimento na implementação das exigências sendo que tendencialmente o quadro ideal é que no futuro o cumprimento seja integral. Refere que no caso dos processos de saneamento tem havido o bom senso de fazer a avaliação daquilo que é de facto essencial para a tramitação e análise do processo.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP, diz estar esclarecido mantendo-se a proposta de incluir a extensão PDF no artº. 12º. caso seja possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

Sra. Presidente da Câmara, tendo ouvido com toda a atenção a intervenção do Sr. Membro Fernando Nascimento, que tem o mérito de despertar para continuarem a reflectir obre estes temas, gostaria de dizer que o documento que agora é apresentado foi validado tecnicamente e discutido publicamente não tendo chegado objecções à proposta. Neste momento o documento já está actualizado com a legislação só que já estão confrontados com a necessidade de, imediatamente após a aprovação do regulamento, voltar a discutir o tema uma vez que já saiu nova legislação que levará a alterações. Pese embora o esforço e a actualização que está a ser feita terá que ser implementado até 28 de Junho. Nesse sentido sugere a aprovação do regulamento tal como está, e no âmbito da discussão pública que irá acontecer para a próxima actualização fosse tido em consideração a proposta que hoje aqui foi apresentada.

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do CDS/PP, diz que perante o esclarecimento da Sra. Presidente deste novo enquadramento legal o CDS/PP reconsidera a posição, não obstante os apontamentos feitos, votando favoravelmente o documento.

Sra. Presidente da Câmara, por último gostaria de agradecer aos Srs. Membros da Assembleia a disponibilidade e compreensão que tiveram para aceitar “remediar” a falha havida nos documentos distribuídos.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 22 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 1 do PSD e 2 do CDS/PP. Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,45 horas do dia 09 de Abril de 2010, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Antonieta Serrano Alves Sobral redigi e subscrevi.

Palmela, 09 de Abril de 2010